

OS DESAFIOS DA EAD NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO, EM UM POLO UAB NA AMAZÔNIA TOCANTINA.Geanice R. R. Cruz^{1*}, Gilmar P. Silva²

1. Estudante do Doutorado em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia – PGEDA/UFGA. Mestre em Educação e Cultura pelo PPGEDUC-UFGA/Campus Cametá.
2. Professor Orientador, doutor e pesquisador permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, do Campus Universitário do Tocantins/Cametá da Universidade Federal do Pará. Vice-reitor da UFGA.

Resumo

Este trabalho investigou o processo de implantação e implementação do Polo de Apoio Presencial da UAB, em Cametá, região do Baixo Tocantins (PA), como uma experiência no ensino superior na modalidade em EaD, buscando identificar as condições de oferta do ensino, os desafios ou dificuldades sentidos/vivenciados pelos egressos do Polo UAB/Cametá. O referencial teórico baseia-se em: Marx (1982), Frigotto (1991) e Kosik (2002). A metodologia traz como método o materialismo histórico-dialético, através de uma pesquisa qualitativa e como instrumentos a análise documental e a entrevista semiestruturada. Os resultados apontam que, embora a EaD tenha contribuído para a educação brasileira, certamente trouxe desafios em relação ao acesso, à permanência e ao sucesso do sujeito da EaD. No que tange à experiência do Polo UAB, ficou evidenciado que ele se constituiu como um elo fundamental para a oferta do ensino superior público pela EaD, na região amazônica.

Palavras-chave: Educação a Distância; Universidade Aberta do Brasil; Polo de Apoio Presencial.

Introdução

Optamos em realizar esta pesquisa com o intuito de possibilitar uma reflexão sobre os fatores determinantes da expansão e viabilizar uma melhor apreensão da projeção da Educação a Distância (EaD), principalmente no Ensino Superior público, uma vez que esse campo de conhecimento vem se materializando e ganhando força no campo educacional e que, apesar da resistência, dos desafios, das dificuldades e das contradições, torna-se urgente conhecer suas dimensões e possibilidades no processo formativo dos sujeitos inseridos no contexto da região amazônica.

Nessa direção, é importante destacar que a formação de professores pela EaD deve estar ancorada no princípio de que esta se constitui apenas de um novo ingrediente: a distância física, mas que não deve estar distanciada do processo de formação que vise à qualidade na educação.

Por isso, o objetivo central deste estudo foi investigar as políticas de implantação e implementação do Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB)/Cametá como uma experiência no ensino superior na modalidade em EaD, na região do Baixo Tocantins, no estado do Pará, buscando identificar as condições de oferta do ensino, os desafios ou as dificuldades sentidos/vivenciados pelos egressos do Curso de Matemática desse Polo, no período compreendido entre 2009 e 2016.

Metodologia

Consideramos que esta pesquisa se baseia nos parâmetros do materialismo histórico-dialético, uma vez que este tipo de enfoque permite analisar as relações dialéticas entre sujeito, objeto e lócus de pesquisa, buscando a essência do fenômeno, aquilo que está por trás da aparência, ou seja, o caráter conflitivo, dinâmico e histórico da realidade (FRIGOTTO, 1991).

Frente a isso, para analisarmos o objeto deste estudo, utilizamos as categorias *mediação*, *contradição* e *totalidade* (CURY, 1985), com o intuito de compreender o universo complexo, dialético e expansivo em que a EaD se desenvolve em nossa sociedade, pois, como presumiu Marx (1982, p. 105), “[...] assim como do movimento dialético das categorias simples nasce o grupo, do movimento dialético dos grupos nasce a série, e do movimento dialético das séries nasce todo o sistema”.

O desenvolvimento da pesquisa se deu a partir de uma abordagem qualitativa e estudo de caso da primeira turma de licenciados de um Polo da UAB, localizado no município de Cametá (PA), ou seja, os egressos do Curso de Licenciatura em Matemática a distância da Universidade Federal do Pará (UFGA).

O percurso metodológico consistiu em pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica incluiu a leitura e análise dos autores apontados como referência da temática em estudo, como: Marx (1982), Frigotto (1991), Kosik (2002), Mill e Pimentel (2013), além de textos, artigos pertinentes ao tema. Na realização da pesquisa documental, utilizou-se os seguintes documentos oficiais: Termo de Compromisso Cametá/PA, n.º 29.373, de 28/03/2008; Relatórios de Avaliação de Polos – Supervisão SEED/MEC/UFGA 2009/2010/2012; Projeto Pedagógico do Curso de Matemática – EaD/UFGA/2009; Lei Municipal de Criação do Polo UAB/Cametá, n.º 245 de 20/09/2013 e Plano de Gestão do Polo UAB/Cametá/2013.

Destacamos como sujeitos da pesquisa: seis alunos egressos do Curso de Licenciatura de Matemática, da 1ª turma concluinte – 2009, três professores-tutores, que atuaram ministrando disciplinas no Curso de Matemática/EaD/UFGA, com o Coordenador Geral da Assessoria de Educação a Distância (AEDi/UFGA), com o

Professor Coordenador geral do Instituto de Ciências Exatas e de Matemática/EAD/UFGA.

A pesquisa de campo foi desenvolvida por meio de entrevistas semiestruturadas, contendo questões abertas sobre aspectos diversos do Polo UAB e as condições existentes tanto infraestruturais quanto pedagógicas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

De posse dos dados, a etapa seguinte se direcionou para a seleção dos procedimentos para o tratamento das informações obtidas. Oriundos das entrevistas gravadas com os sujeitos investigados, os registros foram transcritos, o que possibilitou montar o corpus da pesquisa. Para o tratamento dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo, a partir da concepção de Bardin (2011), pois permite a apreensão do fenômeno e do objeto de estudo por meio de outras visões e interpretações.

Resultados e Discussão

O surgimento da EaD remonta há algumas décadas com a implantação de inúmeros projetos e programas com propostas inovadoras para o ensino a distância, tornando-a uma realidade concreta para o cenário educacional brasileiro. Também não há dúvida de que a atual LDB n.º 9.394/96 contribuiu de forma decisiva para que ocorressem mudanças significativas no panorama educacional do Brasil.

Em linhas gerais, a expansão da EaD no Brasil provém, entre outros fatores, da política formulada pelo Estado brasileiro a partir da década de 1990, com o intuito de promover a expansão do ensino superior, implementando, assim, várias diretrizes contidas nos seus planos educacionais, bem como vislumbrando a facilidade para credenciar instituições e cursos para a oferta da EaD, que muito difere em sua estrutura em relação à dos cursos presenciais.

Sendo assim, no período pós-LDBEN (1996-2004), delineia-se um estímulo a iniciativas e diversificação dos modos de funcionamento no Ensino Superior, no qual se evidencia o enquadramento do sistema educacional às regras do mercado, com a busca crescente da classe média baixa e de alguns setores populares pelo acesso à educação superior.

Entretanto, para suprir essas deficiências, houve a necessidade de uma regulamentação mais abrangente para a EaD, traduzida em decretos, portarias e resoluções, sendo que sua idealização se deu a partir do Fórum das Estatais pela Educação, em 2005, com o objetivo prioritário de capacitar os professores da educação básica e buscar interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, atuando com prioridade na formação e capacitação inicial e continuada de professores para a educação básica com a utilização de metodologias do EaD.

Assim, inicialmente, a criação da UAB advém de uma estratégia do governo que, regulamentado pelo Decreto n.º 5.800, de 08 de junho de 2006, instituiu o Sistema UAB, o qual possibilitou a expansão da EaD, em nome da universalização e democratização do ensino superior. Esse decreto estabelece o reconhecimento no sistema oficial de ensino dos cursos ofertados na modalidade por instituições credenciadas pelo MEC. E, a despeito das críticas, a EaD vinha crescendo de forma significativa nos últimos anos, os programas a ela relacionados e, principalmente, o Sistema UAB vinha adquirindo cada vez mais espaço dentro de renomadas IES públicas, tanto nas esferas estaduais quanto nas instituições federais.

Registro disso, é que, do ponto de vista da expansão, ocorre aumentos vertiginosos em relação à oferta, pois, segundo dados atualizados em janeiro de 2018 e disponibilizados no Portal do Governo Federal, atualmente, o Sistema UAB conta com 109 Instituições Públicas de Ensino Superior, ofertando 800 cursos em 771 polos. Nesse sentido, a partir do firmamento de acordos, adesão a programas e estabelecimento de intercâmbios em nosso país, a EaD se descortina na UFGA por meio da expansão do uso das redes de rádio, televisão e informática, mas também pelos esforços coletivos e individuais, governamentais e institucionais.

Analisava-se que a região da Amazônia, por ser uma das regiões do Brasil onde se registram os maiores índices de retardamento escolar, aumentava extraordinariamente a disputa pelas vagas oferecidas no vestibular, pressionando o aluno que está na idade certa para os estudos superiores. A partir do Parecer CES 670/98, de 1º de outubro de 1998, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, o Curso de Matemática foi autorizado a funcionar na UFGA, em Belém. No entanto, havia outros fatores determinantes para a sua efetivação e expansão, pois, para a implantação de cursos superiores, responsabilidades teriam que ser divididas com os outros setores, como: o financiamento seria a cargo da SEED/MEC; os cursos implantados, sob responsabilidade das IES, e os Polos de Apoio Presencial, aos cuidados do mantenedor dos municípios ou estados.

Nesse contexto, trazemos para este debate o espaço intermediário para a oferta da EaD, ou seja, o Polo de Apoio Presencial, onde a UAB tem sido mola propulsora e que tem levado as IES públicas para os municípios mais interiorizados e distantes, proporcionando, assim, a muitos sujeitos o contato desses espaços com a cultura universitária. A pesquisa nos permite destacar que o Polo UAB/Cametá é implementado como um espaço protagonista na oferta da EaD no município de Cametá, buscando analisar como ocorreu o processo de sua implantação, bem como o reflexo do ensino na formação dos jovens trabalhadores na região tocantina amazônica.

Conclusões

A necessidade da formação em nível superior para a Educação Básica em Cametá, a demanda de muitos jovens de nossa região para o acesso a esse nível de ensino, associados à exigência da LDB n.º 9394/96 e aos dados da SEMED, que destacavam a carência de professores formados na área de Matemática, bem como os interesses daquele momento pelo poder público municipal de Cametá, foram determinantes para que o mantenedor, em negociação com a CAPES decidisse, então, aderir ao Programa SISUAB e iniciar a implementação do Polo UAB de Cametá.

Para a região amazônica, o Polo UAB/Cametá, segundo o Plano de Gestão elaborado em 2013, se apresentava como uma possibilidade de oportunizar à comunidade da região meios para que as pessoas pudessem se profissionalizar por meio de cursos a distância, de qualidade e gratuitos, atendendo, assim, à demanda sintonizada às necessidades do mercado local e regional, com uma metodologia de tempo e espaço condizentes às condições do alunado.

É fato que, a partir do estudo realizado e pelas falas apresentadas pelos sujeitos da pesquisa, sobre a experiência da oferta em EaD, no Polo UAB/Cametá, foi possível identificar que houve muitas dificuldades iniciais para a sua implantação no município, muitas delas ainda são sentidas na rotina das atividades acadêmicas (como a baixa velocidade da internet), e mesmo com todo apoio e incentivo pedagógico, por parte da IES que ofertava o curso, ainda havia a necessidade de mais investimentos.

Atender a todas as especificidades que o curso exige ainda se constitui um desafio diário para o Polo de Cametá. Possibilitar um ambiente propício ao processo de ensinar e aprender, voltado para o atendimento educacional de jovens trabalhadores de nossa região amazônica também o é. A turma do Curso de Matemática, a primeira a terminar um curso superior pela EaD em Cametá, ingressou na UAB em 2009, a partir da seleção de uma demanda de jovens que almejavam cursar o nível de ensino.

É interessante frisar que suas expectativas em relação ao curso eram as melhores possíveis, pois era anseio da maioria da turma ter uma formação de qualidade, outros viam o curso como uma possibilidade de formação para atuar no mercado de trabalho e poucos queriam apenas ter uma formação em nível superior. Sua trajetória educacional demonstra que, desde o ingresso, a permanência e a conclusão desse Curso foram marcadas por dificuldades de adaptação, desafios quanto à sua especificidade, deficiências quanto ao uso do laboratório e da biblioteca no Polo. Por isso, necessário se fez conhecer como foi a caminhada desses alunos por meio do ensino em EaD, a partir da experiência nesse Polo.

Por fim, nesse contexto de contradições e de possibilidades, não podemos pensar a EaD no cenário amazônico desarticulada da gestão da educação brasileira, uma vez que ela passa a ser vista como uma grande ferramenta para a democratização do ensino. A EaD propõe novas metodologias e recursos pedagógicos orientados para o acesso ao processo de ensino e aprendizagem, ao mesmo tempo que, devido à grande dimensão geográfica em nossa região, poderia atender a particularidades de pessoas, por meio da oferta de cursos, antes acessíveis somente nos grandes centros urbanos dos estados da Amazônia brasileira.

Se em nossa região amazônica a EaD pode contribuir para ampliar e democratizar o acesso às informações, eliminando barreiras como distância, fronteiras, fuso horário, é certo, porém, que é exatamente pelas dificuldades de acesso às tecnologias e de estruturas disponíveis para atender às demandas de um ensino na modalidade a distância, que se compromete a qualidade do ensino em EaD. Reverter essa situação é fundamental, pois, segundo Mill e Pimentel (2013, p. 196), “[...] é a forma como o curso é implementado, a rede de suporte aos alunos, incluindo o Polo de Apoio Presencial”, que se garante a qualidade do ensino pela EaD.

Concluimos esta análise clarificando que o Polo UAB/Cametá, a partir dos anseios apresentados pelos estudantes da turma de 2009 e da lei que o criou (Lei de n.º 245/2013), não se constituiu apenas como um espaço físico, uma construção de tijolos, mas a representação legal e real de formação em nível superior, de mudar uma trajetória de vida, e, ao mesmo tempo, que se tenha garantido um ambiente favorável ao aprendizado, com estrutura e condições adequadas para o desenvolvimento de qualidade dos cursos ofertados pelo Polo. E finalizamos fazendo sempre a defesa de que o fato de ter acesso a uma universidade pública e gratuita passa a ser um gesto e ritual carregado de significados de existência e de pertença, capaz de libertar o sujeito para agir para a concretização de um projeto que vise à emancipação do homem.

Referências bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70; São Paulo: Persona, 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 04 jul. 2016.

_____. Ministério da Educação/INEP/CENSUP. **Censo de Educação Superior**. Notas Estatísticas 2017. Brasília, DF: MEC/INEP, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf. Acesso em: 18 abr. 2018.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, Departamento de Regulação e Supervisão em Educação a Distância. Coordenação Geral de Supervisão. **Termo de Compromisso Cametá-PA, N.º 29.373/2008**. Brasília, DF, 2008.

CAMETÁ. Câmara de Vereadores. Decreto Municipal de n.º 97/2013, de 29 de julho de 2013. **Lei Municipal de Criação do Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil UAB/Cametá, n.º 245/09/2013**. Cametá, PA: PMC, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 69-90.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MILL, D.; PIMENTEL, N. M. (org.). **Educação a Distância**: desafios contemporâneos. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2013.